

Literatura da experiência no século XVII

Literature of Experience in the 17th Century

CHRISTIAN JOUHAUD¹ <https://orcid.org/0000-0003-4935-3889>

¹École des Hautes Études en Sciences Sociales

54 boulevard Raspail, 75.006, Paris, France

christian.jouhaud@ehess.fr

RESUMO "L'espèce de journal" deixado por Marie Du Bois (1601-1679) parece se situar na categoria "escritos do foro íntimo", mas é utilizado neste artigo para questionar o fundamento dessa categoria. Partindo da pergunta sobre as perspectivas de transmissão presentes neste texto, trata-se de medir sua capacidade de assegurar a presença distanciada de uma experiência. Mas a percepção desta presença recoloca a questão sobre o ato de leitura que somos capazes de produzir, a três séculos e meio de distância. A partilha do sentido como presença do passado — a impressão de "ver" o que é contado — depende de escolhas de escrita operadas pelo autor, cuja eficácia atravessa o tempo: diálogos, narrativas "romanescas", traços autobiográficos. Assim, é a relação entre testemunho e literatura, abordada a partir da noção de "sociedade na literatura", que postula uma continuidade situada, ou seja, historicamente observável.

PALAVRAS-CHAVE experiência; testemunho; literatura; escrita; transmissão; século XVII

Recebido: 4 dez. 2018 | Aprovado: 26 jan. 2019

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000200004>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 443-459, mai/ago 2019



ABSTRACT “L’espèce de journal” written by Marie Du Bois (1601-1679) is usually placed in the category of “intimate writings”, but in this paper it is used to interrogate the fundamentals of this category of writing. Questioning the perspectives of transmission present in this text, this article looks at the measurement of the capacity of this kind of writing to assure the distant presence of an experience. Nevertheless, the perception of this presence involves the question of which act of reading are we capable of producing at three and a half centuries distance. The sharing of meaning as the presence of the past - the feeling of “seeing” what is being narrated - depends on the writing choices operated by the author, whose efficacy traverses time: dialogues, “romantic” narratives, autobiographic traits. Therefore, it is the relationship between testimony and literature, approached from the idea of “society in literature”, which postulates a located - or historically observable - continuity.

KEYWORDS experience; testimony; literature; writing; transmission; 17th century

Se meu trabalho sobre as práticas do poder no século XVII tiver alguma originalidade e alguma utilidade, seria o fato de se centrar na produção, na circulação e nos usos da escrita. De início, eu pesquisei os libelos da época das Frondas,¹ observando-os do ponto de vista de sua inserção na ação, mais do que procurando neles um estado das ideias políticas no contexto dessa grande crise. O fato de terem sido redigidos em sua maioria por profissionais da escrita — os escritores — levou-me a examinar a situação das relações entre literatura e poder na primeira metade do século XVII. Em seguida, dediquei um estudo à presença da escrita na prática política do Cardeal Richelieu, no próprio lugar do exercício do poder (Jouhaud, 2000; 2009; 2015). Atualmente, estou interessado na questão da experiência, na forma em que ela aparece em um escrito em relação ao qual as categorias usuais de classificação dos escritos não

1 “Temps de la Fronde” conforme o original em francês. O autor se refere às guerras civis ocorridas na França em meados do século XVII (Nota da tradutora).

podem ser aplicadas: trata-se de um manuscrito deixado por um pequeno cavaleiro, um “*valet de chambre*” de Luís XIV. Este trabalho passa, então, pelo mergulho em uma singularidade, em pequena escala.

Esse homem se chamava Marie Du Bois (o prenome Marie para um homem parecia estranho também no século XVII, mas não era totalmente inusitado) e viveu de 1601 a 1679. Deixou um manuscrito atualmente conservado nos Arquivos Departamentais de Indre e Loire em Tours.² Se o objeto manuscrito pode ser facilmente descrito, o texto que ele veicula escapa às classificações. Foi publicado em 1936 com o título de “*Mémoires*”.³ Em 1994, excertos foram novamente publicados por François Lebrun, como “uma espécie de diário”, denominação de certa forma mais satisfatória, por sublinhar certa flutuação com o uso do termo “espécie de”.⁴ De fato, esse texto parece se situar na categoria historiográfica de “escritos de foro íntimo”. Mas esta denominação apresenta mais problemas do que os resolve. É preciso se reportar ao artigo “*Les écrits du for privé en France de la fin du Moyen Âge à 1914: bilan d’une enquête scientifique en cours. Résultats de 2008-2010*”, que se arrisca a dar uma definição de seu objeto, o que é meritório, uma vez que a expressão costuma ser empregada sem o menor rigor:

Os escritos de foro íntimo, também chamados ego-documentos, são textos não ficcionais produzidos por pessoas comuns. Eles incluem livros de razão (ou de contabilidade), livros familiares, anotações, memórias, autobiografias, diários de qualquer tipo (pessoal ou “íntimo”, de viagem, de campanha, de prisão ...) e, em geral, todos os textos produzidos fora da instituição e atestando uma tomada da palavra pessoal de um indivíduo, sobre si mesmo, sobre os seus, sobre sua comunidade. (Arnoul; Renard-Foultier; Ruggiu, 2011, versão eletrônica).

2 Arquivo Departamental de Indre e Loire, 1 J 1167.

3 *Mémoires de Marie Du Bois sieur de Lestourmière et du Poirier, gentilhomme servant du roi, valet de chambre de Louis XIII et de Louis XIV, 1647-1676*. Louis de Grandmaison (ed.). Vendôme: Société archéologique, scientifique et littéraire du Vendômois, 1936, 548p.

4 *Moi, Marie Du bois, gentilhomme vendômois valet de chambre de Louis XIV*. Apresentação de François Lebrun. Rennes: Editions Apogée, 1994, 192p.

Cada palavra desta definição é uma petição de princípio. Nenhum dos termos que supostamente permitem a apreensão de fenômenos históricos é, ele próprio, historicamente localizado: a fronteira “ficcional-não-ficcional” é comprovada e estável desde a Idade Média até o século XX? Livros de razão (ou de contabilidade), memórias, autobiografias, diários: trata-se de categorias transparentes e transhistóricas perfeitamente adequadas aos objetos que designam?⁵ A noção de “pessoas comuns” tem sentido? Neste último caso, acreditamos adivinhar que a fronteira entre o que seria comum e o que não seria, tendo em vista a extrema diversidade de estatuto social daqueles e daquelas que produziram esse tipo de “ego-documentos” (noção também eminentemente discutível), remete a uma separação entre os profissionais da escrita (os escritores) e os outros, ou seja, entre o que pertence e o que não pertence à “literatura”. Mas sabemos em que momento um escrito, e *a fortiori* um “ego documento”, começa a ser habitado por um pensamento literário, em uma sociedade em que a noção de literatura começa a existir como poderoso meio de simbolização do mundo (Cantillon; Giavarini; Ribard; Schapira, 2016)?

O escrito deixado por Marie Du Bois, ao resistir a todas as categorias abrangentes que permitiriam classificá-lo em uma série, desarmando dessa maneira a armadilha da tautologia em que a definição do objeto e a da série andam em círculos, convida a enfrentar a questão da historicidade da prática da escrita que permitiu sua existência, antes de qualquer extrapolação concernente a uma “visão de mundo” ou a uma “sensibilidade” ou mesmo a um pensamento ou a representações. Diante dessa “espécie de diário”, a prática mais comum consiste em identificar os tópicos abordados pelo autor, classificá-los e construir um comentário a partir dessa classificação. Esse tipo de análise tem a grande desvantagem de desconstruir a ordem do escrito, de não respeitar a maneira com que ele se apresenta a uma primeira leitura.

É por isso que, neste artigo breve, gostaria de chamar a atenção para um trecho correspondente a três meses de vida do autor, em 1647, durante seu serviço como *valet de chambre*, a fim de compreender uma parte do

5 Para uma discussão sobre a noção de “memórias” veja JOUHAUD; RIBARD; SCHAPIRA, 2009.

texto, assim recortada, em sua inteireza, sua diversidade, sua coerência e sua incoerência, sem silenciar o que minha leitura produz espontaneamente como ordenação. Mas, primeiro, eu gostaria, nesse espírito, de empreender uma reflexão mais ampla sobre a relação entre a ação de escrever de Marie Du Bois, tal como sua escrita a permite perceber, e o impacto da forma narrativa que ele adota sobre um leitor que a recebe como narrativa de uma presença em um passado que é o campo de estudos desse leitor.

ESCRITA DA TRANSMISSÃO

Durante trinta anos, de 1647 a 1676, Du Bois escreveu em seu « livro », como ele próprio o chamava. O manuscrito impõe a visão de uma trama contínua: páginas completamente preenchidas, linhas estreitas, palavras mal separadas. Desde o início (ele tinha 46 anos) até o final (75 anos), sua caligrafia mudou pouco: são principalmente as variações de intensidade da cor da tinta e os efeitos de maior ou menor elegância da pena que nós notamos. A continuidade desta atividade por dezenas de anos revela pelo menos a persistência de um engajamento material e intelectual em um modo de vida no qual a escrita regularmente praticada ocupava um lugar significativo. Especialmente porque a apresentação do registro manuscrito que chegou até nós somente se completou após um primeiro trabalho de escrita, que desapareceu sem deixar vestígios. Ao voltar para sua casa em Vendômois após um trimestre de serviços na corte, ele copiava e retrabalhava as notas tomadas no dia a dia. O lapso de algumas semanas ou alguns dias entre o momento contado e sua formatação no registro manuscrito testemunha a maneira pela qual a experiência das coisas apresentadas como vistas, ouvidas, experimentadas adquire sentido em um projeto de escrita que é também um projeto de transmissão. No caderno ainda virgem, sua ação consistiria em registrar “minhas pequenas curiosidades” para “prestar contas àqueles que agrada àqueles que Deus quiser deixar depois de mim”.⁶ “Prestar

6 Citação no original “*mes petites curiosites*” e “*randre compte a ceux qu’il plaira a dieu de laisser apres moy*”, respectivamente (Nota da tradutora).

contas” introduz a ideia de narrativa e de precisão em relação a atos e coisas vistas; e isso tanto “junto a Sua Majestade”, onde o ofício de *valet de chambre* do rei é exercido, quanto “Issy” [aqui]: esse balanço estrutura o escrito e provavelmente a experiência de vida de Marie Du Bois.

Essa produção do passado por uma sucessão de conformações narrativas exerce sobre nós efeitos que não podemos postular que sejam idênticos àqueles apreendidos por seus primeiros destinatários, em seu tempo. O próprio significado do que lemos, por mais transparente que possa parecer, não pode ser considerado *a priori* como historicamente estável. É claro que Du Bois não destinou seu texto a nós: ele não o escreveu para nós e ele não o ofereceu aos imprevistos das recepções futuras ao publicá-lo. Nós o recebemos, pois, mesmo que ele não tenha sido endereçado a nós. Como qualquer arquivo, mas com a peculiaridade de que sua capacidade de “fazer ver” nos atribui, e até mesmo nos impõe, um lugar de espectador, o que é uma força que pode ser designada como “literária”. Mas esse texto obviamente não foi abordado, por aqueles que o leram, como uma obra que teria um lugar na história da literatura. O tipo de simbolização que ele produz nos afeta (nos perturba) quando olhamos para ele como um testemunho, como arquivo, isto é, quando lhe atribuímos um papel no questionamento do passado.

Hoje, a eficácia do discurso de Du Bois é dupla. Nós o recebemos como testemunha dos fatos que ele relata e podemos ser capturados por sua “forma”, que parece nos aproximar desse passado de quase quatro séculos atrás. Mas as zonas de opacidade e a evocação de certas práticas e pensamentos, o encadeamento de umas e outros, às vezes afastam subitamente o texto de nossa compreensão e da empatia espontânea que sentimos em relação a ele. Esse duplo sentimento de proximidade e afastamento é um dado contínuo nas pesquisas de campo realizadas por antropólogos. Precaver-se contra as tentações de tornar exótico ou se identificar com o objeto de estudo é indispensável, sem para isso negar que a potência da narrativa estudada invade a pesquisa que o relato permite e a escrita que dá conta dela. O “poder germinativo das narrativas”, segundo a fórmula de Walter Benjamin, acrescenta sua própria dinâmica de transmissão, que atua sobre os leitores do século

XXI, depois de ter, talvez, atuado sobre os descendentes de Marie Du Bois: transmissão involuntária de afetos, inclusive de afetos políticos, e transmissão do transmitir, como experiência do tempo, experiência situada, mas tornada apta a atravessar o tempo pela força própria da escrita. Isso leva à convicção de que nenhuma experiência transmitida é separável, como objeto da história, do ato escritural de sua transmissão. Em seguida, fica claro que Du Bois se propõe a transmitir informações úteis para a manutenção e, se possível, para o aumento da opulência, da autoridade e da respeitabilidade daqueles que lhe sobreviverão ou virão após ele: ele desenvolve, assim, uma definição implícita do interesse como princípio de regulação ética das condutas sociais. Em terceiro lugar, ele manifesta através de sua escrita que a transmissão da experiência passa pela narrativa dos fatos consumados, pela resolução descritiva dos conflitos atravessados e pela encenação das vivências, como em tantas histórias de sucesso, cujas conclusões mostram que o ato de contar resolve a incerteza das interpretações e até desvia a necessidade de interpretar: a consciência de si revelada pela ação é formalizada ao se transmitir pela narrativa da ação.

Enfim, esses relatos se inserem como uma ação simbolizadora em uma história que eles contam e tornam legível, mas que eles também produzem como uma estrutura que permite a compreensão do que é a ação de escrever a história de uma vida.

Além disso, a narrativa das práticas sociais em uma escrita que atribui à narração um poder interpretativo do social, suscetível de ser transmitido, transforma a experiência em pensamento da experiência, o que não está desprovido de força política. Esse pensamento da experiência, expresso em atos de escrita, propõe encadeamentos de ações concluídas que contextualizam os comportamentos sociais em uma teoria implícita dos atos justos, apropriados a uma posição, e conectados à visão de um bem comum (familiar, paroquial, nacional, católico). É assim que a escrita impõe a presença de um sujeito da escrita — um sujeito narrador — e não pela transmissão de uma subjetividade, que o historiador poderia interpretar a partir de categorias a-históricas, primeiramente psicológicas. Esse sujeito-narrador dá sentido ao mundo no qual vive

através da descrição de suas ações, que o impõem como um personagem capaz de construir um mundo à sua imagem.

A escrita de Du Bois traz assim, continuamente, um testemunho sobre a maneira com que ação, pensamento da ação, interpretações do mundo social e antecipações de ações e comportamentos se organizam em situações destinadas a serem renovadas no futuro. Sua tenacidade em manusear a pena e a tinta não só revela que ele está convencido da utilidade desse trabalho, do qual ele tem uma concepção e uma visão estáveis, mas também que é esse trabalho que lhe permite desenvolver um pensamento antecipatório de suas ações futuras. Seu ato de escrever remete a (ou pressupõe) uma confiança no poder do escrito de *fazer* a experiência a partir de fragmentos, no poder do caderno como espaço aberto à espera do porvir, apostando em um futuro da escrita. A confiança na escrita, portanto, produz uma confiança no porvir que a escrita antecipa. Dela virá o que fará sentido em relação ao fragmento escrito hoje; é nela que se relacionam a escrita como experiência e a escrita da experiência como totalidade futura. A unidade material do caderno, a expectativa das páginas em branco, é uma antecipação da ocorrência de experiências futuras dignas de serem contadas: é uma confiança prospectiva ao mesmo tempo na continuidade da escrita, na utilidade cumulativa do escrito e no valor espiritual da transmissão.

ABRIL, MAIO, JUNHO DE 1647: UMA SEQUÊNCIA DE TRÊS MESES DE ESCRITA

Se o texto manuscrito de Marie Du Bois se apresenta como um fluxo contínuo de escrita atravessado por raros saltos de parágrafos, como já sublinhei, ele expõe, no entanto, um conjunto variado de fatos e situações, às vezes muito brevemente, em poucas palavras, às vezes muito mais longamente. Esse “amontoado” torna a leitura fatigante, e o comentador não sabe como o tomar sem o ordenar artificialmente. Ao caminhar no salão de fatos heteróclitos, que a princípio parecem impenetráveis, o historiador, de leitura em releituras, organiza estações nesse espaço: identifica sequências em relevo que parecem dominar a

paisagem textual e pedir a abertura para um mundo exterior para serem entendidas. Outra tentativa à qual ele se submete é aquela de mapear uma “sequência nas ideias”, uma espécie de caminho tênue traçado pelo autor e sobre o qual poderiam então se encontrar o comentário e a escrita que o suscita. Pois Du Bois, em sua própria jornada através de sua experiência de três meses, durante seu serviço na corte em abril, maio, junho de 1647, a partir das anotações que releu ao retornar à sua casa, e talvez de traços mnemônicos que as completam, praticou uma alternância de acelerações e desacelerações narrativas que contribuem muito para o estabelecimento do relevo que a leitura vai ratificar.

72 segmentos narrativos de tamanho variável podem ser encontrados nas páginas dedicadas a esta estadia na corte.⁷ 10 desses segmentos, cada um dos quais pode ser considerado como um item narrativo, ou, se se preferir, como um “dossiê”, dizem respeito ao mês de abril, 22 ao mês de maio e 39 ao mês de junho. Esse impressionante desequilíbrio ao longo dos meses pode tanto revelar o aumento dos fatos notáveis aos olhos de Du Bois, quanto a intensificação de sua atividade escritural, até mesmo a proximidade do tempo da escrita com o registro e com as últimas semanas de seu serviço.

O serviço do valete começa na segunda, dia primeiro de abril, no gabinete em que o rei, criança, recebe as lições de seu preceptor, Paul Philippe Hardouin de Beaumont de Péréfixe (1606-1671), conhecido então como Abade de Beaumont. O preceptor “apresenta” ao rei um livro supostamente escrito por este, mas que ele acaba fazer editar pelo livreiro Antoine Vitré: *Institutio principis ad Ludovicum XIV. Franciae et Navarae regem christianissimum*. Essa pequena obra de 95 páginas, dedicada também ao cardeal Mazarin, não é um tratado de política. Ela passa em revista as virtudes reais, os deveres do cargo em relação a Deus, à Igreja, a si mesmo (é preciso domar suas paixões), aos temas dos quais um rei deve tratar com o mesmo amor que um pai tem por seus filhos. Esses princípios se limitavam às generalidades mais reconhecidas,

7 19 páginas do manuscrito (páginas 1 a 21, sendo que as páginas 7 e 8, desapareceram) e 39 páginas da edição da Grandmaison.

clara e simplesmente expostas, mas em latim. É verdade que, aos oito anos e meio, o rei “não deixava de explicar bem o latim”, para satisfação do preceptor. Nesta ocasião, depois de ter dado esse testemunho, Du Bois não se furta a especificar - para a memória? — a que título ele assiste a essas lições. Alguns fazem isso como “favor” e outros, por direito. Ele faz a lista destes últimos: governador e tutor (obviamente), grande camareiro, *gentilshommes de la chambre*, *gentilhomme de la manche “de jour”*, mestre do guarda-roupa, primeiro *valet de chambre*, segundo *valet de chambre* e meirinho do gabinete oficial, em posições hierárquicas muito diferentes, mas todos oficiais da Casa do Rei.

Depois dessa introdução, a testemunha torna-se cronista de uma série de fatos que lhe pareceram notáveis: aparição de uma “carrosse à ressort”,⁸ invenção estranha que não demonstrou seu valor; a dama de honra da rainha que se retirara para o convento porque fracassara o plano de se casar com o Duque de Guise, que não conseguira anular seu primeiro casamento; o marechal de Schomberg, que fora nomeado coronel dos Suíços, um ilustre posto militar tornado vago pela morte do marechal Bassompierre; um belíssimo sermão em espanhol pregado por um franciscano à Rainha no Palácio Cardeal, ao qual o valete teve a honra de assistir. No dia seguinte, 14 de abril, ele fora “tocado” pelas relíquias de santo Hubert depois que o mesmo acontecera à rainha e seus filhos; no mesmo dia, o conde de Harcourt, grão-duque da França e vice-rei da Catalunha, chegou a Paris. Nada foi registrado até o dia primeiro de maio. Então as anotações se adensaram: o jogo e boa palavra do rei; a quarta visita do embaixador da Dinamarca, que oferece à rainha pedras de bezoar e um chifre de unicórnio de dois metros de comprimento, “que é tudo o que eu posso levantar do chão com uma mão, o que eu vi e toquei no armário da rainha”; visita ao Conde de Harcourt, que o protege, etc... Em junho, os tópicos abordados são ainda mais numerosos.

Quando se trata do jovem rei, vozes se fazem ouvir. O rei fala, seus próximos falam: o *valet de chambre* relata esses diálogos que, por sua vez, dão um relevo especial ao seu testemunho. O que ele ouviu, ele se

8 Carruagem com suspensão de molas (Nota da tradutora).

mostra o restituindo tal qual. Palavras transcritas, diálogos como que capturados ao vivo, e colocados na memória, são ainda mais cativantes na medida em que estão cercados de precisões que abrem janelas para o passado e para as construções intelectuais de Du Bois, espontaneamente e discretamente dadas a ver e não mais a ouvir. Em 3 de junho, “Sua Majestade teve a gentileza de desatar duas pequenas fitas azuis das mangas de sua camisa e as prendeu em ambos os lados do meu cinto”. Esse presente de fitas do pequeno rei a um de seus servos dá origem a um diálogo edificante sob várias perspectivas:

Eu disse a ele: “Senhor, eu vou guardá-las para o meu filho, que as conservará com muita afeição”. O rei me disse: “Como o senhor sabe que terá filhos? O senhor é casado?” “Eu sou, senhor, e tenho um filho que Deus me deu, Mr. de Souvré prometeu pedir para ele a sobrevivência do meu ofício e alimentá-lo na esperança de que Deus me dê essa graça”. Mr. de Souvré disse: “Eu o vi, senhor, ele é bem apessoado e muito gentil”.

Diálogos, citações de cartas, arquivamento de trechos de documentos oficiais não formam um conjunto eclético no seio de uma crônica onde são colecionadas séries de fatos e opiniões. A construção de cenas nas quais as palavras ou os comentários se ajustam em tantos atos narrativos revela não apenas o poder evocativo de uma escrita que, aparentemente, não é o resultado do trabalho de um escritor e que, no entanto, não deixa de estar relacionada à literatura de seu tempo.

Na profusão de notações heteróclitas, impõem-se espécies de acúmulos textuais que desaceleram a leitura e impelem ao comentário. A evocação de uma festa constitui um dos mais breves: há um baile na corte, seguido no dia seguinte por uma “comédia” que “durava seis horas, o tempo era longo, mas ela não durava mais”. Do que se trata? Trata-se do *Orfeo* de Luigi Rossi (1597-1653) e de Francesco Buti (1604-1682), a primeira ópera encenada na França, por iniciativa do cardeal Mazarin. “A comédia era toda real, era uma comédia italiana toda em música; havia quatro lindos balés, uma quantidade de belas máquinas e a

cada ato há uma maravilhosa mudança de cenário”, escreve Du Bois. *La Gazette* celebra, de sua parte, a primeira apresentação de *Orfeo*, no dia 2 de março, com um longo artigo de doze páginas. A ópera é encenada novamente nos dias 3, 5 e 29 de março. E também no dia 8 de maio: encenação em homenagem ao retorno à corte da Duquesa de Longueville, à qual Du Bois assiste. Como ele, o cronista da *Gazette* enfatiza a riqueza dos cenários, o deslumbramento diante dos efeitos das máquinas inventadas pelo famoso arquiteto e engenheiro Giacomo Torelli (1608-1678), a excelência dos balés, especialmente o último, “dança geral de todos os demônios [...], uma das coisas mais divertidas de toda a ação: pois eles aparecem na forma de bucentauros, corujas, tartarugas, caracóis e vários outros animais estranhos e monstros dos mais medonhos, que os poetas e pintores fingem habitar este lugar, onde dançaram ao som de cornetas, com passos e música extravagantes”.⁹

O fato de que, no texto, a leitura distinga relevos que parecem merecer, e mesmo exigir, a suspensão e o comentário levanta uma questão para a qual provavelmente não há resposta, mas que encontra sentido na ênfase na interação entre o ato de ler e o objeto lido. Minha leitura, de repente seletiva, não seria apenas a projeção de suas premissas sobre o texto, a reprodução de sua curiosidade inicial ou a escrita compõe mesmo momentos de intensidade variável, cuja presença remeteria ao comprometimento diferencial de quem escreve no testemunho sobre a ação ou o pensamento que ele relata, ou a disposição na memória, mesmo que nenhuma distinção gráfica apareça no manuscrito (nada que se parecesse com um sublinhado ou destaque no espaço da página)?

9 *Recueil des Gazettes nouvelles ordinaires et extraordinaires, relations et autres récits des choses avenues toute l'année mil six cens quarante-sept*. Par Theophraste Renaudot Conseiller et Médecin du Roy, Historiographe de Sa Majesté, Commissaire général des pauvres, Maistre et Intendant général des Bureau d'Adresse de France, A Paris au Bureau d'Adresse, M.DC.XLVIII. Avec privilège. p.201-212, p.211.

O TESTEMUNHO COMO ROMANCE

Durante os meses de maio e junho de 1647, Marie Du Bois articula para que seu genro Jacques Garault de Prochassy fosse nomeado tenente em um dos exércitos do rei. Ele retorna a esse assunto sete vezes, mais ou menos longamente, nas vinte páginas do manuscrito dedicadas a essas semanas. Ele acredita que o caso tenha sido resolvido quando deixa a corte, mas não é o caso: o problema volta a ser colocado no ano seguinte.

À narrativa desse caso e à sua apresentação, dou o nome de “romance”: *o romance de Prochassy*. O termo pode surpreender. Várias razões motivaram minha escolha de recorrer a essa terminologia.

Como já mencionei, Du Bois tomava notas no dia a dia durante suas estadias na corte e depois as copiava quando voltava para casa. Daí o caráter que se poderia dizer misto de sua escrita: observações datadas como reproduzidas “ao vivo”, colocadas umas após as outras, e comentários acompanhados de anúncios que evocam uma sequência, um desenrolar que será visto “em seu lugar”, mais adiante. Essa combinação de duas formas de narração produz uma composição do enredo original. Composição do enredo que surpreende e perturba a leitura. Os sinais de uma visão em retrospectiva que, no entanto, respeita a sucessão, não prevista por antecipação, das ações contadas (apreendidas primeiramente no tempo de sua ocorrência), desdobram a postura de enunciação entre a testemunha e os excessos do discreto comentador e editor de texto.¹⁰ Este último intervém pouco, mas seu poder de ordenação não é inexistente.

Esse desdobramento interfere na leitura. A sucessão de episódios do caso Prochassy, que vai de reviravolta em reviravolta, apresentados no momento em que acontecem e que às vezes surpreendem o próprio narrador, cria, naturalmente, um efeito de suspense e desperta a expectativa, expectativa de uma continuidade. Ora, essa expectativa gerada pela escrita de Du Bois encontra hoje formas espontâneas, mas historicamente construídas, de recepção dos textos. Como tantas outras

10 “Metteur en texte” no original (Nota da tradutora).

peças, é por meio de romances e do romanesco que o leitor que eu sou descobriu a literatura, quer dizer, na sociedade em que ele cresceu, o mundo dos textos que circulam e se transmitem. O historiador pode tentar manter essa tendência à distância, mas certamente não pode apagá-la, já que o escrito antigo que ele examina utiliza as ferramentas narrativas das ficções romanescas. O anacronismo deve ser assumido: ocultá-lo por trás da aparência de uma “ciência” que “não comeria deste pão”, o faria cair em outro tipo de ficção, trivial e enganosa. A narrativa de 1647 se torna, assim, romanesca pela minha leitura, encontrando uma composição do enredo que talvez não seja, ela mesma, desprovida de relação com o romanesco de seu tempo.¹¹ Oito anos mais tarde, Du Bois, detalhando a programação diária do rei, evocará as brincadeiras noturnas: “jogamos pequenos jogos, como nos romances: sentamos em um círculo, um começa o assunto de um romance e segue até que surja algum impasse; sendo assim, aquele que está próximo toma a palavra e continua da mesma maneira; assim, de um ao outro, as aventuras se encontram, algumas vezes muito divertidas”.¹² Esse jogo de cadavre exquis (em tradução literal, “cadáver esquisito”) é designado pelo termo de

11 Eu não penso tanto, aqui, nos romances que Marie Du Bois pôde ou não ler, mas sobretudo no fato de que o romance e o romanesco não estão ausentes de seu universo de pensamento, especialmente como um lugar onde se colocou a questão das relações entre ficção e realidade. A intensidade desta questão em meados do século XVII aparece em uma das “entrevistas” de Jean-Louis Guez de Balzac intitulada “Duas histórias em uma” [Les entretiens, ed. estabelecida por B. Beugnot, Paris, Didier, 1972, obra publicada postumamente em 1657]. Nessa obra, Balzac inverte sutilmente os atributos da ficção e da história: um poema fala “historicamente”, mas um evento como a tomada de armas do duque de Epernon em 1619 é chamado de romance (“o falecido duque de Epernon, com quem ele fez a jornada de Amadis, quero dizer, a jornada de Blois, que tem mais de romance do que que de história”). O que parece pertencer de pleno direito à história pode passar por um romance, enquanto a narrativa de duas histórias contadas em um castelo da província, diante de uma companhia de letrados e lidando com a história particular destes, é designada como obra de historiador, um historiador que conta a história (ficção) da narrativa de sua história (a história de sua vida), vindo a ser, por essa razão, ela mesma, objeto da história, contendo, além disso, uma profusão de traços factuais inegavelmente históricos. Ver: JOUHAUD, 2018.

12 P.266 do manuscrito; p.113 da edição de Grandmaison.

“romance”, embora seja um exercício de agilidade verbal:¹³ romance designa, aqui, uma série de aventuras voltadas para um desfecho esperado.

Por outro lado, quando comecei a estudar de perto o caso Prochassy nas páginas dedicadas aos meses de maio e junho de 1647, li todo o texto. Eu conheço a continuação e o final dessa história em particular. Não posso evitar levar isso em conta e, assim, criar uma continuidade narrativa e transformar elementos descontínuos em voltas e mais voltas de uma intriga que encontrará um fim. Além disso, eu ocupo uma posição que não deixa de ser possivelmente análoga à do narrador, mesmo que a minha diga respeito à totalidade da história contada, enquanto Du Bois, é claro, conhece apenas uma parte dela no momento em que escreve: seria possível dizer que meu comentário é uma extrapolação daqueles que o autor inseriu em seu discurso. O olhar ligeiramente deslocado deste sobre o que ele relata estimula meu próprio comentário, legitima minha postura de enunciação como historiador leitor de romances, administrando o efeito de suspense criado por uma narrativa escrita, inicialmente, na ação e ao abrigo dessas incertezas. É, de fato, o ímpeto de uma composição da intriga que empenha minha leitura em uma prática de *descriptografia* e de uso que eu qualifico como *romanescas*. A operação *historiográfica* que tento realizar a partir daí consiste em assumir o encontro entre essa composição do enredo e uma análise histórica que capta, em sua abordagem própria, a energia descontínua de uma série de ações nas quais se inscrevem práticas sociais e políticas tornadas decifráveis em sua coerência. Essa operação é acompanhada por um inconveniente que mais tarde terá de ser corrigido: ela separa o caso Prochassy de outras tarefas conduzidas pelo valete durante sua estadia na corte em 1647, enquanto algumas delas pertencem ao mesmo registro, mobilizando um mesmo pensamento estratégico e tático da ação.

13 No início do século XX, o surrealismo francês se apropriou desse jogo, *cadavre exquis* (cadáver esquisito), que subvertia o discurso literário convencional. O cadáver esquisito tinha como propósito inserir numa frase palavras inusitadas, agregando mais autores. Cada um deles intervia da maneira que desejasse, dobrando o papel para que os demais colaboradores não tivessem conhecimento do que foi escrito. O título do jogo provém do primeiro dos cadáveres esquisitos conhecidos “O cadáver esquisito beberá / o vinho novo” (Nota da tradutora).

A “espécie de diário” de Marie Du Bois expõe comportamentos e sentimentos talvez comuns em seu tempo, em seus lugares, em seu ambiente. Mas esses comportamentos e sentimentos são colocados em ação por e numa escrita. Essa escrita mostra e produz, como representação, a realidade da identidade social do narrador; em outras páginas, ela revelará sua fragilidade. O registro manuscrito, no entanto, não é um “papel de jornal”, um “livro de razão” onde são registrados detalhes das trocas ou transações diárias cujo vestígio é preciso conservar. Entretanto, os gestos usuais da vida e das sociabilidades, a realidade das hierarquias sutis e das ações assombradas por imagens, por exemplo militares ou religiosas, ocupam ali o primeiro lugar. O espectro de uma literatura surge continuamente, seja como recurso, por exemplo, quando o nome de Corneille é repentinamente destacado por ocasião de uma festa no campo, ou quando o rapto de uma menina dá origem a uma narrativa heroica que emprega os códigos e valores do amor galante, seja como uma prática de escrita. A interação entre a escrita e a leitura, tal como a engendra o “romance de Prochassy”, existe hoje como ela existia no século XVII, mas segundo modalidades, um saber e um imaginário do romanesco historicamente construídos e, portanto, muito diferentes. No entanto, a quase quatro séculos de distância, há uma partilha do sentido que é a partilha de uma sociedade de literatura. O texto de Marie Du Bois, que em momento algum se dirige a nós, nos encontra, assim, como seus destinatários, ao transmitir a singularidade de uma experiência.

Tradução da língua francesa para a língua portuguesa:

Guiomar de Grammont (Universidade Federal de Ouro Preto, letras.ouro@gmail.com).

Revisão da tradução:

Mariana Silveira (Universidade Federal de Minas Gerais, marianamsilveira@gmail.com).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOUL, Elisabeth; RENARD-FOULTIER, Raphaëlle; RUGGIU, François-Joseph. Les écrits du for privé en France de la fin du Moyen Âge à 1914: bilan d'une enquête scientifique en cours. Résultats de 2008-2010. In: HENRYOT, Fabienne (éd.). *L'historien face au manuscrit*. Du parchemin à la bibliothèque numérique. Presses Universitaires de Louvain, 2011. Version électronique. <https://books.openedition.org/pucl/1264>.
- CANTILLON, Alain; GIAVARINI, Laurence; RIBARD, Dinah; SCHAPIRA, Nicolas (éd.). *Ecriture et action*. XVII^e-XIX^e siècle, une enquête collective, Paris: Editions de l'EHESS, 2016.
- JOUHAUD, Christian. *Les pouvoirs de la littérature*. Histoire d'un paradoxe, Paris: Gallimard; NRF Essais, 2000.
- JOUHAUD, Christian. *Mazarinades*. La Fronde des mots. Paris: Flammarion, 2009.
- JOUHAUD, Christian. *Richelieu et l'écriture du pouvoir*. Autour de la Journée des dupes. Paris: Gallimard; L'esprit de la Cité, 2015.
- JOUHAUD, Christian. Deux histoires en une. Sur un texte de Guez de Balzac. In: FABRE, Pierre-Antoine; CANTILLON, Alain; ROUGÉ, Berntrando (ed.) À force de signes. Travailler avec Louis Marin. Editions de l'EHESS, 2018, p.277-288.
- JOUHAUD, Christian; RIBARD, Dinah; SCHAPIRA, Nicolas. *Histoire Littérature Témoignage*. Ecrire les malheurs du temps. Gallimard, Folio Histoire, 2009. p.23-88.